TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÃO
SEÇÃO DE BIBLIOTECA E EDITORAÇÃO

PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

1.1 Este Projeto Básico tem como objeto a prestação de serviços de suporte técnico, pacotes de correções e das atualizações do software ALEPH 500 ou de outro que venha a substituí-lo.

2. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

2.1. SUPORTE TÉCNICO

2.1.1. NÍVEL DE SERVIÇO

- a) A empresa deverá prestar suporte técnico pelo período de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de 31 de julho de 2018.
- b) A empresa deverá prestar suporte técnico em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 7h30' às 13h30'.
- c) A empresa deverá registrar cada solicitação de suporte sob um número de protocolo único, a fim de possibilitar ao TRE/MT o acompanhamento do atendimento.
- d) As soluções para as solicitações de atendimento deverão ocorrer num prazo máximo de 24 horas, contadas a partir da data de abertura do chamado.

2.2. ATUALIZAÇÕES DO SOFTWARE ALEPH 500

- a) A empresa deverá fornecer pelo período do contrato, pacotes de correções e atualizações do software ALEPH 500 ou de outro que o substitua caso venha a ser descontinuado;

3. JUSTIFICATIVA

3.1 Em virtude da importância das informações disponíveis na biblioteca do TSE e dos Tribunais Regionais, tornou-se imprescindível a utilização de um *software* que possibilitasse melhorias no gerenciamento, disponibilização, integração e compartilhamento dos acervos da Justiça Eleitoral.

3.2 dessa forma, visando aos objetivos supra e, sobretudo, a oferecer melhores serviços aos usuários da biblioteca foi adquirido o *software* ALEPH, proporcionando a adesão deste Regional à Rede de Biblioteca da Justiça Eleitoral – REJE.

3.3. Assim, com a aquisição do sistema indicado e a adesão à REJE, faz-se necessário proporcionar a manutenção ininterrupta dos serviços e a atualização continuada dos sistemas, conforme apontado nos itens 1 e 2 do

Presente Projeto Básico, razão pela qual assinalamos a necessidade de implementar vigência contratual de 60 (sessenta) meses por se tratar de serviços continuados.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

4.1. Constituem obrigações da empresa:

a) Comprovar, durante o prazo da contratação, nos termos do inc. XIII do art. 55 da Lei nº 8666/1993, sua adimplência com a Seguridade Social (CND), com o Ministério do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (CRF) bem ainda com a Receita Federal/Procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).

b) Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, assumindo inteira responsabilidade pela sua execução, não sendo permitida a subcontratação dos serviços;

c) Atender as chamadas do Tribunal no prazo estabelecido no item 2.1.1, solucionando o problema;

d) Efetuar o suporte e a manutenção do programa, bem como corrigir falhas possivelmente detectadas no *software*, de forma a garantir o seu perfeito funcionamento e operacionalidade e, ainda, informar de imediato, este Tribunal sempre que existir a disponibilidade de novas versões e/ou atualizações dos softwares;

e) Manter pessoal técnico especializado e utilizar instrumentos adequados e de sua propriedade para a perfeita execução do contrato;

f) Emitir relatórios dos serviços executados, se solicitado pelo Tribunal;

g) Assumir todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como os tributos incidentes sobre o objeto deste Projeto Básico;

h) Demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE/MT.

5. DAS OBRIGAÇÕES DESTE TRIBUNAL:

5.1 São obrigações do TRE-MT:

5.1.1 Proporcionar à empresa as condições necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a prestação dos serviços objeto deste Projeto Básico;

5.1.2. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da empresa a ser contratada, relativamente ao objeto deste

Projeto Básico;

5.1.3 – Efetuar o pagamento, conforme discriminado no item 8 deste projeto;

5.1.4 – Notificar, por escrito, a empresa sobre toda e qualquer irregularidade constatada no objeto descrito neste projeto;

5.1.5 – Realizar o acompanhamento e a fiscalização pelo servidor citado no item 6.1. que anotará em registro próprio as falhas detectadas e comunicará as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte dessa empresa;

5.1.6. Demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

6.GESTÃO DO CONTRATO:

6.1. A gestão do contrato dos serviços será de responsabilidade do Chefe da Seção de Biblioteca e Editoração/CGI/SJ, da atestação da nota fiscal/fatura e, ao final da manutenção do suporte técnico, informar a administração acerca do integral cumprimento das obrigações pactuadas. Endereço para contato: Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4750, Centro Político Administrativo – Setor “E” – CEP 78.049-941-Cuiabá-MT, Telefones (65) 3362-8112/8113-Biblioteca e 3362-8058 – STI, devendo o gestor do contrato:

- a) Promover a avaliação e fiscalização deste instrumento;
- b) Acompanhar a prestação de serviços de suporte técnico, pacotes de correções e das atualizações do software ALEPH 500, da forma a ser pactuada;
- c) Atestar as notas fiscais para efeito de pagamento;
- d) Solicitar a Diretoria-Geral desta casa, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste contrato.

7. DO PREÇO DOS SERVIÇOS

7.1. Os preços para os serviços descritos neste Projeto Básico só poderão ser reajustados ou corrigidos monetariamente após o decurso de 01 (um) ano, contado do início da vigência do contrato, devendo a Administração, por intermédio do fiscal deste instrumento, provocar a negociação do valor da contratação.

7.2. A negociação do valor do contrato far-se-á diretamente com a empresa contratada, tendo como parâmetro o índice econômico disponibilizado pelo governo federal para o período – IPCA.

7.3. Para o efeito do primeiro reajustamento, os índices iniciais a serem considerados serão os da data da apresentação da proposta, sendo os demais à data do último reajuste.

7.4. Caso haja modificação no Sistema Financeiro Nacional, tais como, emissão de nova moeda, extinção e criação de indexadores, etc., as adaptações necessárias serão feitas através de termo aditivo.

7.5. No valor apresentado pela empresa deverá haver a declaração expressa de estarem inclusas em sua proposta de preço todas as despesas com tributos e taxas de qualquer natureza.

7.6 – O valor total do contrato corresponde à importância anual de R\$ 5.562,00 (cinco mil e quinhentos e sessenta e dois reais), cujo valor mensal a ser pago pelo serviço será de R\$ 463,50 (quatrocentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos).

8. DO PAGAMENTO

8.1. O Tribunal efetuará o pagamento à empresa pelos serviços efetivamente prestados, através de ordem bancária até o 30º (trigésimo) dia útil posterior à entrega da respectiva nota fiscal eletrônica, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado para o acompanhamento do contrato.

8.2. Os pagamentos serão efetuados observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei n. 8.666/1993.

8.3. A Nota Fiscal que for apresentada com erro ou será devolvida à contratada para retificação e reapresentação. Nesta hipótese, o prazo para pagamento recomeçará a ser contado a partir da reapresentação da fatura retificada.

8.4. Observar-se-á ainda, se o CNPJ apresentado na Nota Fiscal é o mesmo constante dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

8.5. Para o TRE/MT atestar as notas fiscais apresentadas e encaminhá-las para pagamento, estas deverão conter as seguintes especificações:

- a) A data de emissão da nota fiscal, o CNPJ do TRE/MT: 05.901.308/0001-21;
- b) O período de execução dos serviços;
- c) O valor mensal contratado;
- d) Especificação dos serviços a serem executados;
- e) O número da conta bancária da empresa, nome do banco e respectiva agência.

9. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

9.1. O contrato terá vigência de 31 de julho de 2018 a 30 de julho de 2023.

9.2. O período de vigência acima descrito poderá ser prorrogado, em caráter excepcional, mediante justificativa e autorização da Administração Superior, por mais 12 (doze) meses.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A despesa decorrente do objeto deste instrumento correrá à conta do Elemento de Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Programa de Trabalho 02.122.0570.2272.0001 —Gestão e Administração do Programa.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Independentemente de outras sanções legais e das cabíveis cominações penais, pela inexecução total ou parcial desta contratação, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93:

- a) advertência por escrito, nas hipóteses de execução irregular da contratação, que não resulte em prejuízo para o serviço deste Tribunal;
- b) aplicação de multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 10% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, nas hipóteses de inexecução total e de 5% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a empresa os direitos deste Tribunal, nos termos do art. 77 da Lei n.º 8.666/93;
- c) aplicação de multa administrativa na ordem de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, na hipótese de descumprimento das condições previstas no Projeto Básico ou no Contrato, que não se encaixem nas hipóteses previstas na alínea anterior, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei ou neste instrumento;
- d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;
- e) as sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Contrato;
- f) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração Pública, por prazo não superior a 2(dois) anos.

11.1.2. A aplicação das sanções de suspensão e declaração de inidoneidade implica na inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se comercialmente com a Administração Federal, no âmbito do SISG e dos demais Órgãos/entidades que, eventualmente, aderirem ao SICAF, na forma prevista no item 6.4 da IN MARE nº 5/1995.

11.2. O não cumprimento, pela empresa, da prestação de serviços de suporte técnico, pacotes de correções de problemas, manutenção da base de dados e atualização de versão para 1(uma) licença de acesso para 1(uma) Sub-Biblioteca, 2 (duas) licenças de acesso para usuários Staff e 2 (duas) licenças de acesso para usuários OPAC Web do software ALEPH 500, ensejará a aplicação da penalidade de multa de mora, correspondente a 05% (meio por cento) por dia de atraso injustificado ou cuja justificativa não tenha sido acatada pela Administração deste Regional, incidente sobre o valor total desta contratação.

11.2.1. A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 (vinte) dias. Após o 20º (vigésimo) dia, os serviços poderão, a critério da Administração, não ser mais aceitos, configurando-se a inexecução total da contratação, com as consequências previstas em lei, no ato convocatório e no instrumento contratual.

11.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas juntamente com as demais penalidades previstas neste contrato na linha "b", facultada a defesa prévia da adjudicatária no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ocorrido.

11.4. A empresa terá o prazo máximo de 5(cinco) dias úteis, após regular notificação por escrito, para devolver o contrato devidamente assinado.

11.4.1. Caso não haja a devolução do contrato, no prazo do item 11.4, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

11.4.2. No caso de encaminhamento do contrato e/ou nota de empenho por meio e-mail, a empresa deverá encaminhar a comprovação de seu recebimento, o que poderá ser feito pela mesma via, por meio dos números 3362-8070 ou 3262-8104.

11.4.2.1. Caso não haja confirmação do recebimento da Nota de Empenho, no prazo do item 11.4.2., será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o do Empenho, mediante processo administrativo, garantida a ampla defesa.

11.4.2.2 – Caso a empresa se recuse a receber a Nota de Empenho ou assinar o contrato no prazo indicado, sem motivo justificado, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida. Na ocorrência da hipótese referida neste item, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso anulará a Nota de Empenho e aplicará à empresa, multa de 10% sobre o valor estimado de contratação.

11.4.3. No caso da aplicação de penalidade de multa, o valor poderá ser descontado dos créditos da empresa. Em não havendo crédito suficiente o valor será cobrado administrativamente.

11.4.3.1. Na hipótese de não pagamento, no prazo de 5(cinco) dias, após notificação do representante legal da empresa, o valor será comunicado à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para inscrição na Dívida Ativa e posterior execução.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8666/1993, e subsidiariamente na Lei nº 9784/1999;

11.5.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 5(cinco) dias úteis, a contar da ciência da informação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, dentro do mesmo prazo.

11.6. No caso de rescisão contratual será observado o disposto no arts. 77 e seguintes da Lei nº 8.666/1993.

Cuiabá-MT, 8 de janeiro de 2018.

LENER APARECIDA GALINARI
CHEFE DA SEÇÃO DE BIBLIOTECA E EDITORAÇÃO
CRB-1/1089